



-----**ACTA Nº 3** -----
-----**ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA** -----
-----**DA CÂMARA MUNICIPAL DE** -----
-----**SILVES, REALIZADA NO DIA**-----
-----**24 DE JANEIRO DE 2008** -----

----- Aos vinte e quatro dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e oito, nesta Cidade de Silves, Edifício da Câmara Municipal e Salão Nobre, reuniu pelas quinze horas e trinta minutos, a Câmara Municipal, sob a presidência da Dra. Maria Isabel Fernandes da Silva Soares, Presidente da mesma Câmara. -----

----- Estiveram presentes os Senhores Vereadores, Dr. Rogério Santos Pinto, Sr. Domingos Alfredo Abraços Garcia, Sr. José Manuel Alves, Dr. Manuel Francisco Castelo Ramos, Dra. Lisete de Jesus Neves Romão e Dr. Fernando José Serpa Cabrita. -----

----- Secretariou, a Sra. Dra. Dina Paula Correia Baiona, Directora do Departamento de Administração Geral da Câmara Municipal de Silves. -----

-----**BALANCETE:** Foi presente o balancete de fundos de Tesouraria Municipal relativo ao dia de ontem, através do qual a Câmara tomou conhecimento de que o saldo em dinheiro nele acusado é de 8.106,51 € (oito mil cento e seis euros e cinquenta e um cêntimos).-----

-----**6. ASSUNTOS DIVERSOS** -----

-----**6.1 - ASSUNTO – PROCESSO "VIGA D'OURO".**-----

----- Presente informação prestada pelo Chefe do Gabinete de Apoio à Presidência, de que se anexa fotocópia e se dá por transcrita. -----



-----A Sra. Presidente disse que *“o processo da Viga D’Ouro encontra-se sob investigação, não tendo conhecimento de mais nada”*.-----

-----O vereador Dr. Manuel Ramos tomou a palavra e questionou *“investigação por parte de quem?”*, ao que a Sra. Presidente respondeu *“pela Polícia Judiciária”*.-----

-----O vereador prosseguiu questionando se *“a Câmara Municipal tem ou não um processo no Ministério Público contra a Viga D’Ouro?”*, ao que a Sra. Presidente respondeu que *“a Câmara Municipal não tem qualquer processo contra a Viga D’Ouro intentado em Tribunal”*.-----

-----O Dr. Manuel Ramos continuou dizendo que *“a Câmara Municipal está com sete milhões de euros em dívidas nas palavras do empreiteiro Viga D’Ouro. Questiono quais são as dívidas para além das do factoring e o que é que a Câmara Municipal deve a este empreiteiro”*.-----

-----A esta questão a Sra. Presidente respondeu que *“apenas existem as dívidas constantes no rol de dívidas, o qual foi disponibilizado. Não consigo dizer aqui qual o valor exacto em factoring e sem ser em factoring. Trarei essa informação por escrito na próxima reunião”*.-----

-----O vereador Dr. Manuel Ramos lembrou que *“fizemos na última reunião um pedido no sentido de um elemento da firma PLMJ, estar hoje presente para prestar esclarecimentos sobre estes processos”*.-----

-----A Sra. Presidente esclareceu que *“os elementos que estão a tratar destas questões não tinham qualquer disponibilidade e, por outro lado, não sei se, eles como advogados da Câmara Municipal virem cá à Câmara, não tem lógica”*.-----

-----O vereador Dr. Manuel Ramos, na sequência da resposta da Sra. Presidente, disse que *“estranho bastante que não haja disponibilidade por parte da PLMJ em fazer deslocar a esta reunião alguém que pudesse esclarecer os vereadores desta Câmara*



Municipal. Se a sociedade é cliente(?) da Câmara Municipal de Silves e não da Presidente da Câmara como é afirmado, gostaríamos de conhecer alguém que nos pudesse informar quais as diligências que já fez em nosso nome, já que, por outro lado, um dos critérios da adjudicação à Sociedade PLMJ, foi a capacidade de disponibilizar uma equipa que, em tempo útil, pudesse averiguar das implicações que o caso Viga D'Ouro tinha para a Câmara Municipal de Silves. E, se foram capazes de estar presentes na conferência de imprensa realizada no início deste ano com a Sra. Presidente, estranho agora não ser possível estarem presentes nesta reunião devidamente convocada para discutir o problema a (de) que estão encarregues". -----

-----A vereadora Dra. Lisete Romão tomou a palavra dizendo que "tomando como boa a resposta da Presidente da Câmara, pergunto: durante este tempo em que o processo está sob investigação, tem sido solicitada ou têm sido pedidos esclarecimentos ou informações sobre o processo", ao que a Sra. Presidente respondeu "não tenho recebido informações e estou a aguardar tranquilamente o evoluir da situação". -----

-----A vereadora continuou questionando "destes factorings, que parece que foram feitos, existem alguns que não tenham vindo a sessão de Câmara para aprovação?", ao que a Sra. Presidente respondeu que "não houve mais nada desde a informação anteriormente feita aos vereadores. Desde que a situação se despoletou, não houve mais factorings. Este processo teve início em 2006". -----

-----No seguimento da resposta da Sra. Presidente, a Dra. Lisete Romão disse que "o processo remonta a 2004", esclarecendo a Sra. Presidente que "remontam as obras a 2004 e não o processo". -----

-----A vereadora questionou também sobre se "os factorings alvos de investigação foram todos ou não aprovados em reunião de Câmara?", ao que a Sra. Presidente respondeu "não me lembro". -----



-----A vereadora prosseguiu “a Sra. Presidente da Câmara Municipal tinha conhecimento de que estas obras tinham sido executadas?”, ao que a Sra. Presidente disse que “a esta questão já respondi anteriormente. Sempre direi que não sabia que algumas obras estavam a ser executadas e de outras sabia, mas desconhecia se os procedimentos tinham sido feitos”. -----

-----A Dra. Lisete Romão questionou se “as obras foram inauguradas ou não pela Sra. Presidente?”, ao que a Sra. Presidente respondeu que “não foram inauguradas”. -----

-----A vereadora questionou sobre “quais os vereadores que estavam responsáveis pelo acompanhamento das obras mencionadas aquando do inquérito”, ao que a Sra. Presidente respondeu “a fiscalização é feita pelos fiscais e o acompanhamento é feito pelos técnicos. O pelouro das obras em causa é do Sr. Vereador Domingos Garcia. Os trabalhos de arqueologia estavam à responsabilidade do vereador Dr. Rogério Pinto”. -----

-----O vereador Dr. Fernando Serpa tomou a palavra dizendo que “esta reunião extraordinária faz sentido porque passados dois anos não temos ainda respostas. Temos que ir ao fundo da questão. Não fui responsável pela saída destas notícias no Jornal nestes últimos dias”. -----

-----E prosseguiu questionando: “Em primeiro lugar, havia um consenso de que a Sra. Presidente iria solicitar uma audiência junto do director da Polícia Judiciária para insistir que houvesse alguma urgência na investigação. -----

-----Pretendemos que seja retirado o cariz político a esta situação. Ainda não fomos solicitados a depor junto da Polícia Judiciária ou junto de um outro órgão qualquer”. -----

-----A Sra. Presidente disse que “foi oficiado o pedido de urgência na investigação”. ---

-----O vereador continuou dizendo que “tudo o que se soube até hoje, foi ao nível de funcionários, e nós PS, entendemos que existe uma responsabilidade política, mas até agora ainda não vimos nada. Gostava de deixar escrito uma vez mais, que há uma regra



básica do procedimento Disciplinar do Funcionário Público que diz que um funcionário não pode emitir juízos de valor sobre actos praticados por eleitos políticos. -----

----- Quer isto dizer que, nos inquéritos que foram feitos, os inquiridores não podiam ter-se pronunciado sobre a justeza de actos de políticos. Logo daí, nenhum dos eleitos pode dizer que não foi apurado, porque não podia sê-lo por lei. -----

----- Aqui leva-nos a um patamar da responsabilidade política do processo que, até hoje, passados 2 anos, não há. -----

----- Aquando da votação da conta de gerência de 2005, votada em 2006, os vereadores do PS perguntaram ao executivo permanente, qual a razão de ter afunilado o número de empreiteiros a quatro ou cinco pessoas que eram credoras da Câmara Municipal em milhões. E, foi-nos dito que tal se devia à localização dos estaleiros de proximidade com a obra. -----

----- Pergunto: quem escolheu estes empreiteiros e quais as razões que levaram à sua escolha? -----

----- O vereador Sr. Domingos Garcia interveio dizendo que “em relação aos empreiteiros, durante o tempo que tenho competência sobre a Divisão de Serviços Urbanos e Ambiente, não há nenhuns que existam hoje que lá já não estivessem anteriormente. Também não podiam ser nenhuns vinte empreiteiros, haviam quatro ou cinco. Houve falta de procedimentos. Tomei estas obras e por boa a informação que os técnicos me davam. Não tive conhecimento de todas as obras. Assumi a responsabilidade política e fi-lo em sede própria na Assembleia Municipal. Tinha um maior handicap, porque não confirmava as facturas; quem o fazia eram os técnicos”. -----

----- O vereador Dr. Fernando Serpa disse que “sendo assim, questiono se o vereador Sr. Domingos Garcia teve alguma intervenção quanto à ordem para efectuar os pagamentos, se teve alguma intervenção nas escolhas das obras, no seu início, do timing,



dos actos de medição ou na recepção das facturas?”, ao que o vereador Sr. Domingos Garcia respondeu que “não”. -----

-----O vereador Dr. Fernando Serpa prosseguiu dizendo que “queria que me explicassem como é que era escolhido o momento do início de uma obra, quem escolhia a obra que iria iniciar, quem escolhia o empreiteiro, quem escolhia a obra cujo montante já estava previsto. -----

-----O Sr. Gerente da Viga D’Ouro afirma haver mais seis empresas a trabalhar da mesma forma para esta edilidade. -----

-----Gostava de saber se o executivo permanente já mandou identificar essas empresas, quais são as obras, quais os pagamentos feitos, em que termos, e se existe ou não irregularidades”. -----

-----Relativamente a esta questão a Sra. Presidente disse “é o senhor que afirma”. ---

-----O vereador disse ainda que “é justo levantar a dúvida se os seis ou sete credores da Câmara Municipal com montantes elevados, também fizeram o mesmo”. -----

-----A Sra. Presidente respondeu que “quando se fizer a auditoria, isso saber-se-á”. ---

-----O Dr. Fernando Serpa continuou dizendo que “proponho que os pagamentos a estas cinco ou seis empresas sejam suspensos até que seja averiguada a situação destas, que são credoras de quantias avultadas à Câmara Municipal e, não estar à espera do arrastamento da auditoria porque eventualmente existem situações cujos pagamentos são exigidos e que poderão não ser devidos. -----

-----Ou seja, a proposta é a de que a Sra. Presidente da Câmara mande averiguar esta situação com carácter urgente e inadiável”. -----

-----A Dra. Lisete Romão tomou a palavra dizendo que “vindo a lume de que existem cinco ou seis empresas nas mesmas circunstâncias, das duas uma: ou perante a pergunta de qualquer vereador não permanente desta casa, é dada uma resposta



concreta que não corresponde à verdade ou tem que se averiguar obrigatoriamente porque foi levantada uma suspeição pública e, sendo levantado isso e, não sendo os vereadores não permanentes intervenientes directos nas decisões do executivo permanente, têm todo o direito de perguntar e serem informados urgentemente". -----

-----A Sra. Presidente respondeu que "pretendo repor a verdade numa imprecisão dita: a afirmação que a Sra. fez, não corresponde à resposta que eu dei. Ou seja, eu cingi-me que era uma afirmação do Sr. Gerente da Viga D'Ouro e que essa verificação seria feita através da auditoria". -----

-----O vereador Dr. Fernando Serpa interveio dizendo que "em esclarecimento ao que foi por nós dito é pertinente a chamada de atenção para que o Município não seja lesado em pagamentos que, provavelmente, não sejam devidos. Naturalmente, esta questão não se pode colocar à posteriori e o receio que os vereadores do PS têm é que, se esses pagamentos forem feitos enquanto não houver resposta da auditoria e por ela eventualmente confirmadas irregularidades nesses pagamentos, não possam depois esses dinheiros públicos serem recuperados. -----

-----O que pretendemos saber é se o executivo permanente já apurou quem autorizou a realização das obras por ordem directa, quem escolheu o timing para a realização das obras, quem mandou elaborar os projectos, decidiu o início das mesmas, prazos, etc.". ---

-----Perante tudo isto, o Sr. Vereador Dr. Manuel Ramos perguntou se a notícia do Correio da Manhã de 22/01/2008, corresponde à verdade, se foi apresentada alguma acção contra a Viga D'Ouro. -----

-----Disse ainda que "diz o Sócio-Gerente da Viga D'Ouro que facturou o que fez e que "por cada factura corresponde uma obra". Pergunto então se é verdade que esta empresa tinha sessenta obras em simultâneo no concelho de Silves? -----



----- Como é que foi possível terem solicitado, a acreditar naquelas palavras, que a empresa dele tivesse sessenta empreitadas em simultâneo e porque é que escolheram este e não diversificaram essas obras a outros empreiteiros”. -----

----- A Sra. Presidente respondeu que “não sei responder a nada disso”. -----

----- O vereador prosseguiu dizendo que “sabemos hoje, e apesar das perguntas constantes que já coloquei, da existência de factorings assinados e permitidos, unilateralmente pela Presidente da Câmara e que, durante algum tempo, negou existirem, assim como, o conhecimento dessas obras. Nesses factorings assinados em datas próximas das questões colocadas em reunião pelos vereadores, aparece a discriminação monetária das facturas em que é evidente, desde logo, o fraccionamento, seja pela importância (nunca superior a 5.000 €), seja pelas datas, algumas mesmo de Domingo. Curiosamente, após o início do inquérito em finais de Julho/06, começou a ser dado conhecimento à vereação não permanente dos factorings contratualizados. -----

----- Mas quem acabou por confirmar a existência dos factoring com a Viga D’Ouro, ironia das ironias, foi o ofício do BCP dizendo que o despacho da Sra. Presidente da Câmara quanto ao pagamento das obras da Viga D’Ouro não podia ser executado porque tinha sido efectuado por uma operação de factoring. -----

----- Essa opinião do banco acabou por ser corroborada por um parecer da PLMJ. Só aí a Presidente da Câmara admitiu a existência de factorings. -----

----- Estranho também e, em paralelo da existência não confirmada dos factorings, a ausência destas empreitadas de enorme valor (considerando o erário municipal) na relação de obras publicada em Diário da República no ano de 2006, pelo menos. -----

----- Pretendo corrigir: onde disse “11 obras por dia queria dizer por mês” e onde falei em “conferência de imprensa em início de 2007, queria dizer 2006”. -----



----- O vereador Dr. Fernando Serpa interveio propondo que *“seja solicitada à Direcção Nacional da Polícia Judiciária a atribuição de carácter urgente no apuramento de responsabilidades em sede do inquérito já aberto”*, à qual a Sra. Presidente respondeu *“faremos isso”*. -----

----- O vereador continuou sugerindo *“e que nesse ofício seja manifestada a inteira disponibilidade dos membros do executivo para prestação dos esclarecimentos que a Polícia Judiciária entender por convenientes e que seja acompanhada de uma cópia desta acta”*. -- -----

----- **6.2 - ASSUNTO – PARTICIPAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL EM SEDE DO MINISTÉRIO PÚBLICO CONTRA A CÂMARA MUNICIPAL.**-----

----- Presente informação prestada pelo Chefe do Gabinete de Apoio à Presidência, de que se anexa fotocópia e se dá por transcrita. -----

----- O vereador Dr. Fernando Serpa interveio questionando se *“a Sra. Presidente da Câmara tem conhecimento de alguma participação apresentada pelo CELAS?”*, ao que a Sra. Presidente respondeu que não. -----

----- O vereador continuou questionando se *“a Sra. Presidente tem conhecimento se a CHE – Cooperativa União Silvense, CRL., participou da Câmara Municipal ou da Presidente da Câmara”*, ao que a Sra. Presidente respondeu que *“não”*. -----

----- **6.3 - ASSUNTO – ESTADO DA AUDITORIA ÀS CONTAS DA SOCIEDADE "VIGA D'OURO".**-----

----- Presente informação prestada pelo Chefe do Gabinete de Apoio à Presidência, de que se anexa fotocópia e se dá por transcrita. -----



-----O vereador Dr. Fernando Serpa interveio questionando “em relação à auditoria que aprovámos, qual é a situação?”, ao que a Sra. Presidente respondeu que “consta no último parágrafo da informação”. -----

-----O vereador Dr. Manuel Ramos tomou a palavra dizendo que “parece-me pouco curial que seja a mesma empresa que vai fazer a auditoria que defende a Câmara Municipal em outros assuntos. -----

-----Se agora se prevê cabimentar o valor de 50.000 € de custos e adjudicar esta prestação de serviços, estando grande parte da documentação com a Polícia Judiciária, arrisca-se a auditoria a não ter nada que auditar, pondo em causa dinheiros públicos, e a própria credibilidade da Câmara Municipal”. -----

-----O vereador Dr. Fernando Serpa disse que “gostava de dizer que fiquei perplexo e seriamente preocupado com a informação que a Sra. Presidente da Câmara prestou, por três ordens de razões: -----

----- 1ª – Porque não foram feitas fotocópias dos documentos que a Polícia Judiciária levou. Se existem fotocópias, não sei porque é que a auditoria não começa o trabalho. ----

-----2ª – Se as eventuais irregularidades detectadas no relacionamento Câmara Municipal/Viga D’Ouro não se verificaram também com outras sociedades. -----

-----Chamo novamente a atenção para a grave afirmação do Sr. Gerente da sociedade Viga D’Ouro, em que “alega mais seis empresas a trabalhar da mesma forma para a edilidade” e não sabe, diz ele, porque só falam na Viga D’Ouro e aqui, como disse atrás, existe a pertinência de se descer ao fundo da questão e de saber se não existem outras sociedades com o mesmo tipo de eventuais irregularidades e este trabalho de pesquisa é da inteira responsabilidade do executivo permanente. -----

----- 3ª – Há informação prestada pelo mesmo Sr. Gerente da Viga D’Ouro, em que este reclama e diz ter direito ao pagamento de uma quantia de sete milhões de euros. Daí



pensar que é importante que a Câmara Municipal proceda à devida averiguação em sede de auditoria de forma a ter elementos sólidos de defesa. -----

----- Finalmente, sobre a auditoria e salvo melhor opinião, não se pode chegar ao patamar da responsabilidade política deste assunto porque, até ao presente, nesse sentido nada foi feito quanto às perguntas que atrás enumerei: escolha das obras, calendário, ordens de pagamento, etc". -----

----- **6.4** - ASSUNTO – IDENTIFICAÇÃO DOS PROCESSOS JUDICIAIS, ADMINISTRATIVOS, FISCAIS E OUTROS, QUE FORAM SUBSCRITOS PELA SOCIEDADE DE ADVOGADOS PLMJ E ESTADO EM QUE OS MESMOS SE ENCONTRAM. -----

----- Presente informação prestada pelo Chefe do Gabinete de Apoio à Presidência, de que se anexa fotocópia e se dá por transcrita. -----

----- O vereador Dr. Fernando Serpa interveio solicitando que *“fosse dado acesso às peças em que a Viga D’Ouro intentou contra a Câmara Municipal”*. -----

----- E questionou se *“além destes processos, este gabinete de advogados não apresentou outros tipos de processos?”* -----

----- A Sra. Presidente respondeu que *“de acordo com a pergunta feita no requerimento apresentado, não”*. -----

----- **6.5** - ASSUNTO - RELAÇÃO DESCRIMINADA DAS DESPESAS EFECTUADAS NO ÂMBITO DESSES PROCESSOS. -----

----- Presente informação prestada pelo Chefe do Gabinete de Apoio à Presidência, de que se anexa fotocópia e se dá por transcrita. -----



-----A vereadora Dra. Lisete Romão interveio dizendo que *“no seguimento da informação hoje apresentada, solicito que os honorários referidos sejam discriminados por rubricas e acções desenvolvidas e que os mesmos me sejam entregues na próxima reunião”*. -----

-----O vereador Dr. Manuel Ramos tomou a palavra dizendo que *“em relação aos processos e à lista apresentada pela Presidente de Câmara, lamento dizer que alguns deles só agora tomei conhecimento, o (e) que vivamente reclamo o meu protesto por não ter sido informado na altura própria e algumas vezes depois de perguntar se existiam ou não. Lembro, por exemplo, ter questionado sobre se existiam processos de recurso do Sr. Vítor Rocha e do Dr. Carlos Sequeira e a Sra. Presidente ter dito que “não confirmava nem desmentia”, o que nada quer dizer e não é de modo algum uma informação capaz”*. -

-----A vereadora Dra. Lisete Romão retomou a palavra dizendo *“acrescento que faço minhas as palavras do Sr. Vereador Dr. Manuel Ramos. Em relação ao último documento entregue, a alínea b) em que se fala de acompanhamento dos processos de inquérito, preciso de saber os dias em que esse acompanhamento foi feito, as obras, o tipo de trabalho efectuado e o custo de cada uma dessas acções”*. -----

-----E sendo dezassete horas e quinze minutos e nada mais havendo a tratar foi, pela Sra. Presidente da Câmara, declarada encerrada a reunião da qual e para constar se lavrou a presente acta que foi aprovada e assinada em minuta no final da reunião por todos os presentes. -----

----- E eu

-----Directora do Departamento de Administração Geral da Câmara Municipal de Silves, a fiz lavrar, subscrevo e assino. -----